Continuação **Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70**

	Valor contábil		Valor Justo - Nível 2	
Controladora	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	**1.472.237**	1.026.110	**1.472.237**	1.026.110
Cédula de produtor rural (CPR)	**959.762**	624.018	**959.762**	624.018
Contratos a termo de *commodities*	**341.991**	338.821	**341.991**	338.821
Operações de hedge	**52.115**	4.991	**52.115**	4.991
Operações de swap sobre empréstimos	**-**	35.382	**-**	35.382
Operações *NDF* - Ativo	**111.101**	22.898	**111.101**	22.898
Operações de opções - Ativo	**2.959**	-	**2.959**	-
Créditos de carbono	**4.309**	-	**4.309**	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	**5.307.317**	3.247.849	**5.286.525**	3.123.578
Fornecedores a fixar de *commodities*	**837.172**	1.023.698	**837.172**	1.023.698
Contratos a termo de *commodities*	**112.032**	78.032	**112.032**	78.032
Operações de *hedge*	**23.086**	16.078	**23.086**	16.078
Operações *swap* sobre empréstimos	**33.977**	3.331	**33.977**	3.331
Operações de *NDF* - Passivo	**33.008**	234.689	**33.008**	234.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**4.268.042**	1.892.021	**4.247.250**	1.767.750

	Valor contábil		Valor Justo - Nível 2	
Consolidado	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	**1.895.454**	1.244.677	**1.895.454**	1.244.677
Cédula de produtor rural (CPR)	**1.382.979**	842.585	**1.382.979**	842.585
Contratos a termo de commodities	**341.991**	338.821	**341.991**	338.821
Operações de hedge	**52.115**	4.991	**52.115**	4.991
Operações de swap sobre empréstimos	**-**	35.382	**-**	35.382
Operações NDF - Ativo	**111.101**	22.898	**111.101**	22.898
Operações de opções - Ativo	**2.959**	-	**2.959**	-
Créditos de carbono	**4.309**	-	**4.309**	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	**5.700.238**	3.422.707	**5.679.446**	3.298.436
Fornecedores a fixar de commodities	**837.172**	1.023.698	**837.172**	1.023.698
Contratos a termo de commodities	**112.032**	78.032	**112.032**	78.032
Operações de hedge	**23.086**	16.078	**23.086**	16.078
Operações swap sobre empréstimos	**33.977**	3.331	**33.977**	3.331
Operações de NDF - Passivo	**33.008**	234.689	**33.008**	234.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**4.660.963**	2.066.879	**4.640.171**	1.942.608

Contas a receber - CPR / Fornecedores a fixar de *commodities* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, têm seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Para este cálculo de valor justo, foi utilizado o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por instituições financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Passivo de arrendamento - O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

Outros ativos financeiros - Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldos decorrentes de transações com partes relacionadas. Os valores justos de outros ativos financeiros não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Outros passivos - Saldos decorrentes de outras transações, que serão liquidados em caixa. Para os outros passivos, o valor contábil se aproxima do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros (CBOT) de *commodities* e *swaps* sobre empréstimos) - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo - *commodities* - Os valores classificados como contratos a termo de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* por meio de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

Política contábil:

Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que são originadas. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As contas a receber de clientes que não contenham componente de financiamento significativo, ou para as quais tenha sido aplicado o expediente prático permitido pela norma, são inicialmente mensuradas pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação, exceto quando classificadas ao valor justo por meio do resultado.

Os demais ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo: As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção de mercado (operações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende: (i) das características dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) do modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos. Com base nesses critérios, os ativos financeiros são classificados como: • Mensurados ao custo amortizado (CA); ou • Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto quando houver alteração no modelo de negócios, caso em que a reclassificação é aplicada prospectivamente a partir do primeiro dia do período subsequente. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber, bem como instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando ambas as condições a seguir são atendidas: a) o ativo é mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais; e b) os termos contratuais do ativo dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é apurado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo reduzido por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, os ganhos ou perdas cambiais e as perdas por *impairment* são reconhecidos no resultado, assim como quaisquer ganhos ou perdas no desreconhecimento.

Avaliação do modelo de negócios: A Companhia avalia o modelo de negócios com base na forma como os ativos financeiros são geridos para geração de fluxos de caixa, considerando, entre outros fatores: • os objetivos e políticas estabelecidos para a carteira; • a forma como o desempenho é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho e como são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores e as expectativas quanto a vendas futuras.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais (SPPI): Para fins dessa avaliação, o principal corresponde ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, enquanto os juros representam a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito, por outros riscos e custos básicos do empréstimo, bem como por uma margem de lucro. A Companhia avalia se os termos contratuais contêm cláusulas que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa de forma incompatível com o critério de pagamentos exclusivamente de principal e juros, considerando, entre outros aspectos: • eventos contingentes; • cláusulas de taxa variável; • opções de pré-pagamento ou prorrogação; e • restrições ao acesso aos fluxos de caixa. Pagamentos antecipados são considerados consistentes com o critério SPPI quando representam, substancialmente, principal e juros em aberto, incluindo eventual compensação razoável pela liquidação antecipada.

Redução do valor recuperável (*impairment*): Na data do balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros apresentam evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A provisão para perdas é mensurada com base no modelo de perdas de crédito esperadas, conforme segue: • para contas a receber de clientes: perdas esperadas para a vida inteira; • para títulos de dívida com baixo risco de crédito: perdas esperadas para 12 meses. Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia utiliza informações razoáveis e passíveis de suporte, incluindo dados históricos, análises qualitativas e quantitativas e informações prospectivas (*forward-looking*). Presume-se que o risco de crédito aumentou significativamente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Ativos financeiros inadimplentes e baixa: Um ativo financeiro é considerado inadimplente quando: (i) é pouco provável que o devedor honre integralmente suas obrigações sem recorrer à execução de garantias; ou (ii) o ativo esteja vencido há mais de 90 dias. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não houver expectativa razoável de recuperação total ou parcial. Ativos baixados podem permanecer sujeitos a procedimentos de cobrança, não sendo esperada recuperação significativa dos valores baixados. A provisão para perdas é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados como:

• Mensurados ao custo amortizado, incluindo fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, mensurados pelo método da taxa de juros efetiva; ou • Mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo passivos mantidos para negociação ou designados nessa categoria. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado por ocasião da baixa do passivo ou ao longo do tempo, por meio da amortização da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de moeda a termo, contratos a termo de *commodities* e contratos futuros negociados em bolsa (CBOT), com o objetivo de mitigar riscos de variação cambial e de preços de *commodities*. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no resultado. Derivativos com valor justo positivo são apresentados como ativos financeiros, enquanto aqueles com valor justo negativo são apresentados como passivos financeiros.

Desreconhecimento e compensação: Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando existe direito legalmente exigível de compensação e intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada, sendo a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga reconhecida no resultado.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

A Companhia mensura as contas a receber vinculadas ao recebimento de commodities, bem como os estoques de *commodities* e as contas a pagar a fornecedores de *commodities* com preço a fixar, ao valor justo na data de reporte. As variações do valor justo desses ativos e passivos são reconhecidas em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. As *commodities* comercializáveis são negociadas em mercados ativos, possuem liquidez e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. O valor justo é estimado pela Administração com base em preços cotados em bolsas de valores, ajustados, quando aplicável, para refletir condições e diferenças dos mercados locais. Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, incluindo contratos de compra e venda a termo de *commodities* e contratos futuros negociados em bolsa (CBOT). Tais instrumentos são mensurados ao valor justo, com as respectivas variações reconhecidas no custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. A Administração reconhece contabilmente ao valor justo as contas a receber oriundas de Cédulas de Produto Rural (CPR) e os contratos de compra e venda a termo liquidados por entrega física, por se tratar da prática adotada pela Companhia para contratos similares, celebrados com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais com *commodities*. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser determinado com base em preços cotados em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Os *inputs* utilizados nos modelos de avaliação são obtidos, sempre que possível, de dados observáveis de mercado. Quando tais dados não estão disponíveis, é necessário o uso de julgamento significativo para a determinação do valor justo, incluindo a avaliação de risco de crédito, risco de liquidez e volatilidade. Alterações nessas premissas podem impactar de forma relevante os valores justos reconhecidos. Informações adicionais sobre os critérios de mensuração e hierarquia do valor justo são apresentadas na nota explicativa 8.

16. Parcelamentos tributários: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía parcelamentos tributários de R$ 1.565 (R$ 2.657 em 2024), referentes principalmente a débitos de PIS/COFINS parcelados perante as autoridades fiscais, a serem liquidados em até 49 parcelas mensais, sendo R$ 383 classificados no circulante e R$ 1.182 no não circulante.

17. Provisão para litígios: A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo não circulante, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Provisões trabalhistas	**5.040**	6.480
Provisões cíveis	**23**	25
Provisões ambientais	**174**	159
Total não circulante	**5.237**	6.664

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025, avaliados no montante de R$ 14.142 de natureza trabalhista (R$ 5.545 em 31 de dezembro de 2024), R$ 38.400 de natureza tributária (R$ 120 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 141 de natureza cível (R$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil: As provisões são reconhecidas para contingências decorrentes de processos judiciais e administrativos quando, como resultado de eventos passados, a Companhia possui uma obrigação presente, é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidá-la e pode ser feita uma estimativa confiável do valor envolvido. A avaliação da probabilidade de perda considera, entre outros aspectos, as evidências disponíveis, a hierarquia das normas legais aplicáveis, a jurisprudência existente, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de assessores jurídicos externos.

As provisões são reavaliadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como a evolução processual, a ocorrência de decisões judiciais ou administrativas relevantes, a conclusão de fiscalizações, a identificação de novas contingências ou a alteração de prazos prescricionais aplicáveis.

Para as contingências classificadas como de perda possível, com base na natureza das ações e nas avaliações de seus assessores jurídicos, a Companhia não reconhece provisões, limitando-se à divulgação dos passivos contingentes em nota explicativa. As contingências classificadas como de perda remota não são provisionadas nem divulgadas, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

18. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.478.385 (R$ 1.565.587 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 499.497.647 ações ordinárias (498.297.647 ações em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas, escrituradas e sem valor nominal. Esses montantes não contemplam custos de emissão das ações. Em 09 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social e a emissão de novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, no âmbito do Primeiro Programa de Opção de Compra de ações. Assim, os administradores e empregados participantes do plano integralizaram o montante de R$ 2.688, mediante a emissão de 1.200.000 novas ações ordinárias nominativas.Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal aprovaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização dos recursos remanescentes anteriormente alocados na Reserva para Incentivos Fiscais, reforçando a estrutura de capital da Companhia. Em decorrência disso, o montante de R$ 1.910.110 que estava alocado como Reserva para Incentivos Fiscais foi integralizado ao capital social. Essa alteração não gerou reflexo no número de ações ordinárias.

Reserva de capital: A despesa com plano de opções reconhecida no Patrimônio Líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 4.377 (R$ 6.328 em 31 de dezembro de 2024). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$ 44.971 (R$ 40.594 em 31 de dezembro de 2024). A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de opção de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 20. Em dezembro de 2025, a reserva de capital também passou a registrar os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de ações, líquidos dos respectivos efeitos tributários. O montante acumulado desses custos é de R$ (46.925), e estão relacionados ao processo de oferta pública inicial de ações (IPO), realizado em 2021, e à posterior oferta pública de distribuição primária de ações. O tratamento contábil adotado está em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 39. A reserva de capital apresentava saldo negativo de R$ 1.954 em 31 de dezembro de 2025, em comparação ao saldo negativo de R$ 6.331 em 31 de dezembro de 2024.

Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R$ 111 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 1.058 em 31 de dezembro de 2024).Adicionalmente, a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial inclui também os efeitos de ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste acumulado de conversão da controlada localizada no exterior totalizou R$ 2.669 e 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 9.958.

Transação de capital com controladas (reflexa): Transação de capital com sócios: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento pela controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., operação esta que gerou reflexo de R$ 2.041 na Controladora, uma vez que o montante pago pela empresa foi maior do que o Patrimônio Líquido dela na data da operação. Durante o exercício de 2024 ocorreu ajuste no Patrimônio Líquido da controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, resultando em ajuste reflexo de participação no investimento realizado pela Controladora na Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. no montante total de R$ 928. O montante total reflexo dessas operações em 31 de dezembro de 2025 é de (R$ 2.565) e (R$ 2.969) em 31 de dezembro de 2024.

Ações em tesouraria: Em 12 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações, com o objetivo de adquirir ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria. O referido programa previa a aquisição de até 2.000.000 de ações, com prazo máximo de 18 meses, iniciado em 13 de abril de 2023 e encerrado em 13 de outubro de 2024, encontrando-se, portanto, integralmente expirado.Posteriormente, em 16 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações, com a mesma finalidade de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Esse programa autoriza a aquisição de até 2.000.000 de ações, com prazo de até 18 meses, iniciado em 17 de dezembro de 2024 e com término previsto para 17 de junho de 2026. Até 31 de dezembro de 2025, foram adquiridas 337.200 ações no âmbito do programa vigente, sendo que todas as aquisições ocorreram até 12 de março de 2025, ao preço médio de R$ 12,80 por ação. A seguir demonstramos a composição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Valor	Quantidade de ações
Saldo em 31/12/2023	(1.474)	(135.100)
RCA 12/04 – Aquisição	(19.991)	(1.864.900)
Exercidas no plano de *Stock Options*	20.299	1.890.000
Saldo em 31/12/2024	(1.166)	(110.000)
RCA 16/12 – Aquisição	**(3.152)**	**(227.200)**
Exercidas no plano de *Stock Options*	**4.098**	**320.000**
Saldo em 31/12/2025	**(220)**	**(17.200)**

Reserva de lucros: *Reserva para incentivos fiscais:* As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua originação:

(i) Crédito presumido de ICMS. Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na nota explicativa 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais dos quais frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim.

(ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na nota explicativa 25, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R$ 36.896 (R$7.635, líquido do efeito da realização de dividendos). Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Em 2025 e 2024 a Companhia não registrou subvenção de isenção e redução em seu resultado. Ainda em 2024, constituiu reserva de R$ 210.704 referente à recomposição do saldo da reserva que estava pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 não havia montante pendente de reserva a ser constituída com base em lucros futuros.

(iii) Diferimento da tributação do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês.

No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. Em 2025 e 2024 a Companhia não registrou subvenção de diferimento em seu resultado, dessa forma, não possui obrigação de constituição dessa reserva. Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal aprovaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização dos recursos remanescentes anteriormente alocados na Reserva para Incentivos Fiscais, reforçando a estrutura de capital da Companhia. Em decorrência dessa deliberação, os montantes das reservas de isenção e redução de base de cálculo do ICMS e diferimento da tributação do ICMS foram integralmente destinados para Capital Social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldo de Reserva para Incentivos Fiscais, enquanto em 31 de dezembro de 2024 contava com R$ 1.910.110.

Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até que atinja o limite de 20% do capital social. A finalidade dessa reserva é assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital, conforme previsto na legislação societária aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída Reserva Legal no montante de R$ 40.831, com base no lucro líquido apurado no exercício.

Reserva de investimento: A reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas. Esses recursos podem ser utilizados, entre outros fins, para suportar investimentos em novos projetos, ampliação da capacidade produtiva, subscrição de aumentos de capital e constituição de novos empreendimentos, contribuindo para a sustentabilidade econômico-financeira e a estratégia de crescimento de longo prazo do Grupo. A constituição e a utilização dessa reserva observam os limites e critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia, bem como a legislação societária aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída Reserva de Investimentos no montante de R$ 684.768, com base no lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a destinação dos dividendos obrigatórios. O saldo de reserva de investimentos em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.137.461 e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 452.693.

Dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e em conformidade com a legislação societária vigente, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição das reservas legais e estatutárias aplicáveis. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovada a destinação total de R$ 91.015 a título de dividendos, montante que contempla (i) o dividendo mínimo obrigatório no valor de R$ 38.789 (R$ 26.071 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) dividendo adicional proposto no valor de R$ 52.226 (R$ 68.875 em 31 de dezembro de 2024). Os referidos dividendos foram integralmente pagos em janeiro de 2026. A destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é apresentada abaixo:

	Controladora	Controladora
	31/12/2025	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**815.667**	758.623
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	**947**	947
Lucro a destinar	**816.614**	759.570
Constituição de reserva de subvenção	**-**	210.704
Lucro livre antes da reserva legal	**816.614**	548.866
Reserva Legal – 5 %	**40.831**	27.443
Lucro livre	**775.783**	521.423
Dividendo mínimo obrigatório – 5%	**38.789**	26.071
Dividendo adicional proposto – 6,7% (2025) e 13,2% (2024)	**52.226**	68.875
Dividendos total	**91.015**	94.946
Reserva de Investimentos	**684.768**	426.477

19. Lucro por ação: De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**815.667**	758.623	**808.699**	756.365
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	**498.807.670**	498.297.647	**498.807.670**	498.297.647
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	**500.991.921**	501.023.700	**500.991.921**	501.023.700
Lucro básico por ação - em reais (R$)	**1,63523**	1,52243	**1,62126**	1,51790
Lucro diluído por ação - em reais (R$)	**1,62810**	1,51415	**1,61420**	1,50964

Política contábil: O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, acrescido do efeito dilutivo da conversão de todas as ações ordinárias potenciais em ações ordinárias, quando aplicável. Os instrumentos patrimoniais que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia são incluídos no cálculo do lucro por ação diluído somente quando sua conversão resultar em efeito dilutivo, ou seja, quando reduzir o lucro por ação.

20. Pagamento baseado em ações: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

A Companhia aprovou quatro programas de opção de compra de ações entre 2021 e 2025, divididos em diferentes outorgas. Cada programa possui regras específicas de carência (*vesting)*, prazos de exercício e valores de exercício e justo médio. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía 160.000 ações ainda disponíveis para outorga.

A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial. Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos.

Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para as suas ações ordinárias porque as ações da Companhia não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (*income approach*, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)).

A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade. Quando da outorga dos programas seguintes foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que atualmente é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de *vestings* e o *dividend yield* definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado.

A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um *peer group*, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno. Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga. A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 3.973 (R$ 6.178 em 31 de dezembro de 2024). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$ 44.971 (R$ 40.594 em 31 de dezembro de 2024). Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na nota explicativa 18. A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2025:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa 1ª outorga	4º Programa 2ª outorga	4º Programa 3ª outorga
Número total de opções do plano	8.000.000	1.050.000	240.000	1.510.000	1.510.000	1.510.000
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000	800.000	550.000	100.000
Número de opções canceladas	(800.000)	-	(40.000)	(60.000)	-	-
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022	05/04/2023	25/07/2024	03/03/2025
Média pond. do valor justo na data da mensuração (R$)	R$ 4,39	R$ 5,97	R$ 4,51	R$ 5,40	R$ 3,91	R$ 8,45
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,09%	1,09%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%	34,48%	30,38%	38,40%
Taxa de retorno livre de risco média (%)						
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%	12,79%	11,19%	14,61%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%	11,41%	11,87%	14,61%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%	11,40%	12,08%	14,61%
4º Vencimento	7,51%	-	11,49%	11,96%	12,20%	-
5º Vencimento	7,71%	-	-	-	-	-

continua ...